



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4884

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Eurípedes Xavier Souto

**Data:** 04/03/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/1997. (NÃO VOTADO). Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do pagamento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, em favor da Empresa Júnior – Unimontes.

**Controle Interno – Caixa:** 26

**Posição:** 24

**Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: não votado, não tramitado  
v: 26  
ordem: 24  
nº fls: 05



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

AUTOR: Vereador Eurípedes Xavier Souto

ASSUNTO:

Autorizando o Executivo a conceder isenção do pagamento do ISSQN em favor da EMPRESA JÚNIOR-UNIMONTES.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 04.03.97
- 2 À Com. de Leg. e Justiça
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Autoriza a concessão de benefício fiscal


A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Montes Claros autorizado a conceder isenção do pagamento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - à EMPRESA JÚNIOR UNIMONTES, entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, com sede na Faculdade de Administração e Finanças da UNIMONTES, CGC Nº 25.228.719/0001-05, já considerada de Utilidade Pública Municipal.

Artigo 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 04 de março de 1997

  
Vereador Eurípedes Xavier

### JUSTIFICATIVA

Constituída por alunos do curso de Administração e Finanças da UNIMONTES, considerada de Utilidade Pública Municipal em maio de 1993, a EMPRESA JÚNIOR vem prestando um grande serviço principalmente aos micro e pequenos empresários do nosso município, a preços bem mais acessíveis, que ficam, em média, 30% abaixo dos preços praticados por outras empresas do ramo. Além disso, é uma empresa vinculada de certa forma à nossa Universidade Estadual, entidade pública que tem significativo papel no desenvolvimento social e econômico de toda esta região.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

A COMISSÃO DE *Legislação*

EM *17* DE *maio* DE 19*77*

PRESIDENTE

A matéria deste projeto é inconstitucional já que a iniciativa é de competência privativa do poder executivo.

A: *Silva*



3

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Estado de Minas Gerais**

**Parecer**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

**Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97**

**Relatório**

De autoria do Vereador Lipa Xavier, o Projeto de Lei em tela “**Autoriza a concessão de benefício fiscal**”.

Enviada a proposição a esta Assessoria, para ser apreciada quanto à constitucionalidade, passamos a emitir o seguinte parecer:

**Fundamentação**

Em sua obra “**Curso de Direito Constitucional Positivo**”, o Professor José Afonso da Silva define o Processo Legislativo como um conjunto de atos preordenados visando a criação de normas de Direito. Esses atos são: a) iniciativa legislativa; b) emendas; c) votação; d) sanção e veto; e) promulgação e publicação.

**INICIATIVA LEGISLATIVA.** É em termos simples, a faculdade que se atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar Projetos de Lei ao Legislativo. Em rigor, não é ato de Processo Legislativo. É conferida, **concorrentemente**, a mais de uma pessoa ou órgão, mas em casos expressos, é outorgada com **exclusividade** a um deles apenas.

Ao princípio da iniciativa concorrente a Constituição, opõe algumas exceções em relação a determinadas matérias, estatuído que é da competência exclusiva:

1) **Do Presidente da República a iniciativa das Leis, que disponham sobre:**

a) .....

**organização administrativa e judiciária, MATÉRIA TRIBUTÁRIA E ORÇAMENTÁRIA, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.** (Grifo nosso)

2) A Lei Orgânica Municipal, reproduzindo as disposições da Constituição Federal, dispõe em seu artigo 51:

**“Art. 51 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as Leis que disponham sobre:**

I - .....

II - .....

III - .....

**IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou CONCEDA AUXÍLIOS, prêmios e subvenções”.** (Grifo Nosso)

O Professor Hely Lopes Meirelles, em sua magnífica obra “Direito Municipal Brasileiro”, ao discorrer sobre **Iniciativa da Lei** diz o seguinte:

“**A INICIATIVA** é o impulso original da Lei, que se faz através do Projeto. Pode ser geral ou reservada. **INICIATIVA GERAL** é a que compete concorrentemente a qualquer Vereador, à Mesa ou Comissão da Câmara, ao Prefeito ou, ainda, à população; **INICIATIVA RESERVADA** ou **PRIVATIVA** é a que cabe exclusivamente a um titular, seja o Prefeito, seja a Câmara. A iniciativa reservada ou privativa pode ainda ser discricionária ou vinculada: é **VINCULADA** quando há um prazo para o seu exercício, como ocorre com o Projeto de Lei Orçamentário.

A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do Projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e quantitativamente o poder de emenda, para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Ofício nº : 010/97  
Assunto : Encaminha Parecer  
Serviço : Assessoria Jurídica Legislativa  
Data : 12/05/97

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação desta Presidência, estamos devolvendo à V. Exa., com o respectivo parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97, de autoria do Vereador Lipa Xavier, que "Autoriza a concessão de benefício fiscal".

Nesta oportunidade, aproveitamos do ensejo para renovar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**

**Assessor Jurídico**

Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA



iniciativa conduz à irremediável nulidade da Lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto”.

### **Conclusão**

Diante do exposto e com base nas disposições da doutrina, do artigo 61, b) da Constituição Federal e do artigo 51, item IV da Lei Orgânica Municipal, chega-se à conclusão que no presente Projeto de Lei, de autoria do **Vereador Lipa Xavier**, houve invasão de competência e “usurpação de iniciativa do Prefeito Municipal”, ficando caracterizada, data venia, a sua **NULIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE**.

Este é o nosso parecer.

**Assessoria Jurídica Legislativa, 12 de maio de 1997**



**Manoel Rodrigues da Silveira**

**Assessor Jurídico**

*Manoel R. Silveira*  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG

